

Brasil salva empréstimo de 600 milhões

Rosental Calmon Alves
Correspondente

WASHINGTON — O comitê de bancos credores do Brasil concordou em adiar até 15 de janeiro o prazo, que vence no final deste mês, para o desembolso de um novo empréstimo de US\$ 600 milhões, que depende da aprovação de um acordo entre o governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional. O *salvamento* desse crédito, porém, terá de ser ratificado nos próximos dias pela maioria dos 300 bancos credores, que geralmente seguem a recomendação do comitê, e pelo Senado Federal, que pela primeira vez vai usar sua nova atribuição constitucional de fiscalizar as negociações da dívida externa.

Na reunião com os negociadores brasileiros, sexta-feira, em Nova Iorque, o comitê de bancos também decidiu enviar ao Brasil, nesta semana, o seu economista-chefe, Larry Brainard, representante do Bankers Trust e chefe do subcomitê de economia. A missão dele será a de analisar a situação econômica e financeira do país. O resultado servirá de base para as posições que os banqueiros terão de adotar no próximo dia 21, quando novamente os negociadores brasileiros irão a Nova Iorque se reunir com o comitê.

A reunião ocorrerá três dias depois do vencimento de uma parcela de US\$ 1,6 bilhão, que, pelo acordo de reescalonamento assinado no ano passado, o Brasil deveria pagar aos bancos comerciais. Segundo um dos participantes da reunião de sexta-feira, os banqueiros não chegaram sequer a perguntar se o Brasil vai fazer algum pagamento no vencimento do dia 18. Há uns três meses o mercado financeiro está plenamente convencido de que não haverá pagamento algum no prazo, devido à escassez de divisas no país, em consequência do atual bloqueio de vários créditos internacionais, que, como os US\$ 600 milhões dos bancos, dependem do acordo com o FMI.

Situação — Os banqueiros, na reunião de aproximadamente quatro horas, ouviram uma longa explanação sobre a situação financeira do país, feita pelo secretário internacional do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral, e pelo diretor da área externa do Banco Central, Arnin Lore. Depois fizeram perguntas específicas, principalmente sobre as perspectivas de entradas de dólares no Brasil e, finalmente, disseram que preferiam tratar o atual problema brasileiro, por etapas. A primeira seria a de resolver a questão dos US\$ 600 milhões, que o Brasil estava ameaçado de perder devido ao atraso em fechar seu acordo com o FMI.

Um dos participantes assegurou que “o clima foi muito cordial” e os brasileiros explicaram a atual estratégia do governo de criar “um horizonte de médio prazo, pelo menos até março do ano que vem”, em suas relações financeiras internacionais. Negociações de maior alcance terão de ser feitas com a equipe do próximo governo, cuja posse está oficialmente marcada para 15 de março. A possibilidade de se evitarem as piores turbulências neste período, no entanto, vão depender mais das negociações com o FMI, em andamento aqui em Washington, do que propriamente dos banqueiros.

O governo brasileiro está mais animado com as perspectivas das gestões do assessor especial do Ministério do Planejamento, Mikal Gartenkraut, que teve outra rodada de negociações na sede do FMI, na sexta-feira. As conversas continuam amanhã, mas ainda estão na fase de checagem dos números da política de controle do déficit público, incluindo as metas para o ano que vem. Nem começou a negociação do novo acordo e são nulas as perspectivas de que ele esteja concluído ainda neste mês.